

75 DEZ 1985

Congresso Constituinte

FLORESTAN FERNANDES

FOLHA DE SÃO PAULO

A decisão do Congresso de converter-se em Assembleia Nacional Constituinte, mantendo, ao mesmo tempo, suas funções normais, suscita muitas questões políticas. Está fora de dúvida que é preciso dar um paradeiro à ordem ilegal herdada da ditadura, ainda vigente inclusive no plano "constitucional". Newton Rodrigues tem mantido acesa e pertinente discussão do assunto, evidenciando que essa via é melhor que o estado atual das coisas. De outro lado, a tradição brasileira, nessa esfera, consiste em zerar a presença popular em todos os processos cívicos e políticos de alguma magnitude, monopolizados pelas elites culturais e políticas "esclarecidas". É uma tradição que conduz, sempre, a um mesmo resultado: manter as rédeas presas, para que a massa popular e as classes trabalhadoras sejam pereneamente banidas do exercício do poder. O efeito disso aparece nas constituições "idealistas", elaboradas para "inglês ver e francês cheirar", tão distantes elas ficam da eficácia da lei fundamental e de sua congruência com a realidade. Por isso, a Constituição de 1946, por exemplo, foi tida por muitos analistas como "obra bacharelesca", malgrado a participação de constituintes de diferentes cortes ideológicos.

A situação de fato, que se criou por iniciativa do governo Sarney, endossada por deputados e senadores pouco atentos ao caráter representativo de sua relação com o corpo de cidadãos, exige agora que se pense em como atenuar os efeitos desastrosos de mais essa conciliação (e traição) pelo alto. Em si mesma, a iniciativa traduz as obrigações e os objetivos do pacto conservador, que levou ao Colégio Eleitoral, à eleição de Tancredo Neves e à ascensão

à Presidência do grão vizir civil da ditadura. Ela constitui um passo decisivo na chamada "transição lenta, gradual e segura" do regime da República institucional para um "Estado de Direito". A omissão dos deputados e senadores, que renegaram a melhor solução, significa, claramente, que o Congresso está firmemente empenhado nessa forma de transição e, portanto, na desmobilização do povo na construção da democracia. Prevaleram os interesses de classes da burguesia nacional e estrangeira e a valorização dos partidos da ordem, unidos na Aliança Democrática (PMDB e PFL), e de seus aliados orgânicos. Também predominou o veto militar à alternativa "radical" de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva, que se soltasse dos controles institucionais e políticos, seja dos partidos da ordem e dos políticos profissionais, seja das classes possuidoras mais privilegiadas e das várias instâncias ultraconservadoras do governo da "Nova República".

O combate a tal situação de fato terá de nascer da oposição maciça da maioria dos cidadãos, firmes em sua luta política e conscientes da necessidade de derrotar o pacto conservador e as manobras turvas do governo, o qual se mostra como sucessor da ditadura e seu equivalente político. Não se trata de um combate fácil, pois o PMDB desertou da oposição e se colocou a serviço de um regime pretoriano dissimulado. Sem o PMDB vai ser igualmente difícil restabelecer um movimento de massas com força semelhante ao das diretas já e fomentar uma oposição cívica máscula, sem cisões irreparáveis. Além disso, as esquerdas do PMDB ou que dele emergiram, empenhados na defesa da

legalidade recém-conquistada, curvam-se ao oficialismo do PMDB e à sua vocação de preferir o poder à defesa ousada da revolução democrática. Na verdade, abstraindo-se os rebeldes do PMDB, que poderão ou não repetir a façanha de marchar sozinhos na direção de vitórias limpas, construtivas e de substância popular revolucionária (como sucedeu recentemente no Recife), e os contingentes que poderão ser ativados pelo PT e pelo PDT, voltamos às condições de confronto cívico que prevaleceram no combate sem tréguas à ditadura. Os principais agentes da luta são, de novo, organizações da sociedade civil e o setor da Igreja Católica que converteu a opção pelos pobres em uma forma ativista de indignação moral e de desobediência cívica.

Eis aí o que conta como o ponto de partida de uma arrancada mais complexa e de maiores consequências que o movimento pelas diretas já. De um lado, é preciso atrair a massa do povo e as classes trabalhadoras do campo e da cidade para o entendimento, a valorização e a defesa sem tréguas de uma Carta Constitucional efetivamente voltada para a democratização da sociedade civil, da cultura e do controle do Estado. De outro, impõe-se enraizar os desenraizados nas frentes institucionais operantes (de organizações de bairros e de favelas a comissões de defesa do índio, de camponeses pobres, das várias categorias de oprimidos e marginalizados, dos sindicatos dos trabalhadores, dos partidos operários etc.), que terão papéis decisivos na batalha por uma Constituição de espírito igualitário, democrático e solidamente nacionalista e libertário. São dois elencos de tarefas gigantescas, a serem cumpridas em curto prazo e contra a corrente.

Dessas tarefas resulta um corolário prático essencial. A concentração da votação em candidatos de raiz popular e de identidade proletária. Os ricos e poderosos já mostraram, sem timidez, que métodos irão usar, financiando candidatos e partidos flexíveis ao fascínio do dinheiro e do despotismo político da burguesia. É urgente que os humildes se unam para fazer face a essa avalanche de barbárie, que se proclama democrática mas apela para a corrupção e para o totalitarismo de classe. Seus candidatos e seus partidos precisam ser escolhidos entre os que saem de suas fileiras e os que podem ser seguramente contados como companheiros de armas. Não se deve exagerar o significado da Constituição como um valor em si. Proceder desse modo seria fomentar as "ilusões constitucionais" e abrir caminho para severas frustrações posteriores. Mas recorrer a uma concepção realista de que a Carta Magna de uma sociedade nacional não pode mais ser confundida com o biombo de um sistema de poder despótico, desumano, anti-social e antinacional, que recorre à Constituição como uma máscara e uma fonte de "legitimação" de toda sorte de ilegalidades.

Estou recomendando um procedimento sectário? É claro que não. O Brasil deve escolher entre a transação conservadora e a revolução democrática. Os caminhos que permitem o fortalecimento do voto proletário e a eleição de congressistas comprometidos com a revolução democrática são estreitos, espinhosos e difíceis. Urge palmilhá-los sem pudores falsos e sem hesitações!

FLORESTAN FERNANDES, 65, é sociólogo, docente do PUC-SP e professor emérito da USP, escreveu vasta obra sociológica.